



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

Terras de Águas Quentes e Capital Nacional do Folclore

TERMO DE REFERÊNCIA Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 OBRAS DE ENGENHARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA URBANA.

Processo Administrativo nº 149361/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação integrada de empresa especializada para desenvolvimento do projeto (básico e executivo) e execução de obra referente ao NOVO HOSPITAL DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA; sendo esta responsável pela execução de todas as etapas e ações necessárias, bem como o cumprimento de todas as obrigações e condicionantes requeridas e necessárias a viabilização e execução do objeto, sob o regime de empreitada global por preço unitário, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Estância Turística de Olímpia – SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	3.01.04.0074-0	CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (BÁSICO E EXECUTIVO) E EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE AO NOVO HOSPITAL DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL POR PREÇO UNITÁRIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA – SP.	SERVIÇO	01

Tabela 01. Descrição básica das Obras.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como Obras, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 (Vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do contrato, já considerados os prazos de recebimento provisório e definitivo do objeto, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O prazo para execução do objeto será de 18 (Dezoito) meses a partir da assinatura da ordem de serviço, devendo as etapas serem executadas em consonância com os prazos apresentados no cronograma físico-financeiro do ante projeto, na forma do ANEXO III do presente termo de referência, cujas futuras alterações em virtude da elaboração dos projetos executivos, deverão respeitar integralmente aos prazos inicialmente planejados no presente.

1.4.1. As ordens de Paralisação, devidamente justificadas por escrita nos autos, suspendem o curso do prazo de execução do contrato, tomando a correr com a Ordem de Reinício dos Serviços.



1.4.2. A prorrogação do prazo de execução, descontados os períodos de paralisação, será permitida, segundo § 5º do art. 115 da Lei nº 14.133/2021, automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante aditivo.

1.5. Os itens referentes as quantidades dos serviços que compõem as obras, apresentados no presente termo de referência na forma do ANEXO II – Formulário da Proposta, foram estimados a partir do ante projeto do novo hospital, tendo como objetivo principal, fornecer subsídios a licitante para a formulação de suas propostas na fase de contratação.

1.6. Caberá a licitante vencedora desta contratação integrada a elaboração dos projetos básicos e executivos, bem como a execução integral de toda obra.

1.7. Quantos aos projetos que deverão ser elaborados pela contratada, estes deverão ser elaborados em total conformidade com o anteprojeto, memoriais e demais documentos técnicos disponíveis no anexo do presente termo de referência.

1.8. Os projetos a que compreendem o item anterior são referentes aos projetos básicos e executivos do novo hospital, conforme listado a seguir:

- a)** Projetos Arquitetônicos;
- b)** Projetos de Fundações;
- c)** Projetos Estrutural de Contenção do Arrimo;
- d)** Projetos de Estrutura Metálica (estrutura e cobertura);
- e)** Projetos de Instalações Elétricas e Lógica;
- f)** Projetos de Instalações Hidrossanitários;
- g)** Projeto de Prevenção de Incêndio;
- h)** Projeto de Sistema de Reuso de Água;
- i)** Projeto de Instalações de Gases Medicinais;
- j)** Projeto de Sistemas de Climatização;
- k)** Projeto do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas;
- l)** Projeto do Sistema de Controle e Segurança por Circuito Fechado de TV;
- m)** Projeto de aterramento e IT médico.

1.9. Os projetos deverão ser elaborados pela empresa contratada, por meio de responsável técnico devidamente habilitado e registrado no conselho de classe, vinculado a mesma.

1.10. Os projetos deverão ser executados com nível adequado de detalhamento, atendendo integralmente e de acordo com o que rege as normas da ABNT, bem como as definições do CREA e demais conselhos de classe, a legislação vigente, entre outras normas aplicáveis, em específico no que se refere a normas técnicas para a construção de unidades hospitalares.

1.11. Todos os projetos elaborados pela contratada estão condicionados a aprovação da contratante, que deverá ocorrer por meio do sistema obra fácil, através da SECRETARIA DE OBRAS, ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO.

1.12. A análise e aprovação dos projetos poderá ser realizada por técnico vinculado a contratante ou por comissão técnica a ser instituída pela administração.

1.13. Será de total e inteira responsabilidade da empresa contratada, a aprovação junto aos órgãos competentes, dos projetos de abastecimento de água, energia elétrica, combate a incêndio, entre outros, que necessitem de aprovações externas que independem da administração.

1.14. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá elaborar e submeter a contratante em até 30 úteis, os projetos executivos arquitetônicos para fins de aprovação, sendo que durante este período, a contratada poderá solicitar quantas reuniões forem



necessárias junto ao corpo técnico da contratante, a fim de apresentar os estudos, projetos básicos e demais documentos necessários a definição da concepção adotada que permitirá a elaboração do projeto executivo final a ser aprovado pela administração.

1.15. Mediante a aprovação do projeto arquitetônico, a contratada deverá seguir com a elaboração dos demais projetos executivos, devendo estes sempre seguirem os trâmites relatados no item anterior.

1.16. O Memorial Descritivo disponível nos anexos do presente termo de referência, traz melhor detalhamento no que tange as etapas de elaboração e aprovação dos projetos.

1.17. O prazo para a elaboração e aprovação de todos os projetos inerentes ao objeto é o aposto no cronograma físico-financeiro em anexo, estipulado em 6 meses, devendo ser aprovados em etapas, conforme orientação do memorial descritivo do ante projeto.

1.18. O início das obras deverá ocorrer conforme e somente após a aprovação definitiva de seu respectivo projeto.

1.19. As obras deverão ser executadas de acordo com as normas técnicas de engenharia, bem como as normas de segurança do trabalho.

1.20. Deverão ser utilizados materiais referenciados e normatizados com qualidade comprovada.

1.21. A empresa contratada será responsável integralmente por todas as eventuais despesas diretas e indiretas que incidirem sobre a obra, bem como as despesas de transporte, estadia, refeição, administração do canteiro central, entre outras.

1.22. A empresa contratada deverá garantir o cumprimento integral das normas de segurança do trabalho, fornecendo aos seus colaboradores os EPI'S necessários a execução das atividades, sendo responsável pela sua correta fiscalização, bem como pela garantia da segurança do canteiro de obras.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DE SEUS QUANTITATIVOS ENCONTRA-SE PORMENORIZADA EM TÓPICO ESPECÍFICO DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES, APÊNDICE DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, porém, em atenção ao artigo 8º da Lei Municipal nº 4862, de 01 de Março de 2023, que dispõe sobre a extinção do DAEMO e dá outras providências, há previsibilidade de recursos financeiros, conforme a alínea "a", de até 36 milhões de reais oriundos da outorga onerosa da concessão dos serviços de saneamento no âmbito municipal, para construção de edificações para fins de atendimento hospitalar. Os recursos complementares que poderá advir serão atendidos por recursos próprios do município, advindos da receita tributária.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ASPECTOS AMBIENTAIS



Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. RUÍDO: Deverão ser observadas as normas e legislações existentes para o controle do nível de ruídos das obras, canteiros e tráfego. Os veículos e equipamentos da CONTRATADA deverão estar em condições adequadas de manutenção, de modo a se evitar a poluição sonora.

4.3. POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA: Durante a execução dos serviços, o nível de poeira deverá ser controlado, podendo ser realizado mediante o umedecimento do solo do canteiro, de pilhas de estocagem de materiais pulverulentos, além de, a CONTRATADA deverá providenciar a cobertura dos caminhões evitando poeiras em suspensão durante o transporte. A incineração de sobras de materiais no local será proibida.

4.4. POLUIÇÃO VISUAL: Todos os tapumes devem ter tratamento visual unificado, conter sinalizações e informações necessárias à segurança da obra.

4.5. VIZINHANÇA: A CONTRATADA deverá manter um canal de comunicação com a comunidade das áreas próximas à obra, para identificação das ações preventivas no que diz respeito a incômodos e danos. A CONTRATADA deverá proceder, no final das obras a recomposição das áreas afetadas por estas, limpeza e remoção do material indesejável.

4.6. TRÁFEGO: A CONTRATADA deverá tomar o cuidado para sinalizar os locais onde houver intervenção, mantendo os acessos e demais condições de segurança pertinentes, especialmente no que se referirem à segurança dos pedestres, aí incluídos os deficientes físicos.

4.7. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO: Deverá ser dada especial atenção para que a obra não gere impacto e danos às áreas de preservação permanente localizadas nas imediações.

4.8. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL: Deverá ser dada preferência para utilização de insumos sustentáveis, isto é, que apresentem melhor desempenho ambiental ao longo de seu ciclo de vida, com função, qualidade e nível de satisfação igual, ou melhor, se comparado com um produto-padrão. Citam-se, por exemplo, materiais cuja origem e extração são provenientes de manejo sustentável, ou cuja produção utilize como matéria-prima recursos reciclados, gerem menos resíduos e demandem menos água e energia para produção.

4.9. DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES: A CONTRATADA deverá elaborar plano de manejo de resíduos de construção civil, prevendo a separação e destinação conforme a legislação ambiental.

Subcontratação

4.10. Será permitida a subcontratação até o limite máximo de até 25% do total do orçamento licitado. Não cabe, no entanto, a subcontratação para as atividades que constituam o escopo principal do objeto e nem para os serviços dos itens exigidos para comprovação técnica “operacional” ou “profissional” (itens de maior relevância). A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado perante a Administração Pública quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

Garantia da contratação

4.11. Será exigida a garantia da contratação 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com o *arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021*, no percentual



indicado e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

4.12. Em caso de opção pelo seguro-garantia, o particular deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.13. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.14. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. DA GARANTIA ADICIONAL

5.1. Em conformidade com o art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/21, será exigida Garantia Adicional do licitante vencedor caso sua proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração.

5.2. SEGURO GARANTIA – entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros:

- a) O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP Nº 477, de 30 de setembro de 2013 e seus anexos;
- b) A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site < <https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp> >.
- c) O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.
- d) O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste edital como condição geral. Em caso de impossibilidade de atendimento, deverá haver expressa justificativa a ser aceita pela Administração.

5.2.1. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;
- b) Objeto a ser contratado, especificado neste Edital;
- c) Nome e número do CNPJ do SEGURADO (DER/PR);
- d) Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);
- e) Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).
- f) O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- g) O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- h) A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

5.2.2. A apólice de seguro, deve expressar a Prefeitura Municipal as Estância Turística de Olímpia como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula.

5.2.3. Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.



5.2.4. A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de Contrato, o prazo para recebimento definitivo da obra, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato.

5.2.5. O contratado terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

5.3. DOS SEGUROS ADICIONAIS

5.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura deste Contrato e antes da emissão da ordem de serviço, as apólices de Seguro Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil Profissional, nos mesmos termos do item 18 do Edital: Garantia de Execução.

5.3.2. Os seguros de Riscos de Engenharia (RE) e de Responsabilidade Civil Profissional (RCP) vigorarão durante o período de execução da obra, ficando sob a responsabilidade do segurado atualizar seu valor sempre que incidir correspondente correção no montante contratual, bem como solicitar prorrogação de vigência da apólice se houver ampliação do prazo de execução da obra.

5.3.3. O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional deverá ter vigência estendida por prazo complementar de 36 (trinta e seis) meses.

5.3.4. A CONTRATADA deverá manter válidas as apólices de seguros RE e RCP e apresentar junto com a medição o comprovante de adimplemento, sob pena de inexecução parcial do contrato.

5.4. COBERTURAS DO SEGURO DE RISCOS DE ENGENHARIA (RE):

5.4.1. Cobertura Básica de Obras Cíveis em construção e Instalações e Montagens (OCC/IM) - Garante os danos físicos decorrentes de acidentes ocorridos no local do risco ou canteiro de obras, por danos da natureza (vendaval, queda de granizo, queda de raio, alagamento, entre outros) e demais eventos (incêndio, explosão, desabamento, entre outros).

5.4.2. A cobertura prevista no subitem anterior contemplará 100% (cem por cento) do valor do contrato.

5.5. COBERTURAS ADICIONAIS

5.5.1. Erro na elaboração do Projeto e na execução da obra/serviço: cobre danos causados à obra, decorrentes de erro de projeto e na sua execução, mais prejuízos ocorridos durante reposição, reparo ou retificação. Excluem-se os custos que seriam suportados pelo Segurado para retificar o defeito original, incluindo o transporte, os tributos e despesas afins, se este defeito tiver sido descoberto antes do sinistro.

5.5.2. A cobertura prevista no Subitem anterior contemplará 100% (cem por cento) do valor do contrato.

5.6. RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL E CRUZADA:

5.6.1. Cobre os danos materiais e/ou corporais, involuntariamente causados a terceiros que não tenham relação com a obra, em decorrência dos trabalhos pertinentes a ela e/ou instalação. Nesta cobertura, a responsabilidade se estende aos participantes da apólice do segurado principal e demais cossegurados, como se cada um tivesse feito uma apólice em separado, em que todos são considerados terceiros entre si. Além de garantir indenização para danos a terceiros, cobre gastos com honorários de advogados. Essa garantia deverá se estender para Erro de Projeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

Terras de Águas Quentes e Capital Nacional do Folclore

5.6.2. Para contratos com valores superiores à R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), o limite mínimo segurado será de 8% (oito por cento) do valor do contrato, com mínimo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

5.7. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR:

5.7.1. Garante a Responsabilidade Civil do Segurado em caso de acidentes dentro do canteiro de obras e/ou durante o traslado dos empregados da obra para residência ou da residência para a obra em caso do transporte por conta do segurado, que resulte em morte e / ou invalidez (total ou parcial) permanente de funcionários registrados ou com contrato de trabalho.

5.7.2. A cobertura prevista no subitem anterior contemplará 20% (vinte por cento) da cobertura de Responsabilidade Civil Geral e Cruzada.

6. VISTORIA

6.7. A avaliação prévia do local de execução das obras é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 9:00 horas às 16:00 horas, salvo em feriados e pontos facultativos.

6.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.8.1. As vistorias deverão ser efetuadas pelo responsável credenciado pela empresa, devidamente identificado, durante o período estipulado no instrumento convocatório, devendo esta ser previamente agendada, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, pelo telefone (17) 3279-4868 e no endereço de e-mail: agendamento@olimpia.sp.gov.br.

6.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Será obrigatória a apresentação de ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) no caso de engenheiro ou RRT (REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) no caso de arquiteto, devidamente quitadas, do responsável técnico da empresa, que será responsável pela execução dos projetos, bem como dos responsáveis pela execução das obras, sendo indispensável a apresentação para a formalização e assinatura contrato.

7.1.2. Início da execução do objeto: será de imediato a partir da emissão da ordem de serviço;



7.1.3. No ato da assinatura da ordem de serviço a contratada deverá se reunir com a equipe técnica da contratante a fim de dirimir eventuais dúvidas e esclarecimentos, bem como discutir sobre o acesso e instalações do canteiro de obras.

7.1.4. As obras deverão seguir semanalmente durante o horário de expediente da administração, com o objetivo de facilitar o acesso e o acompanhamento da fiscalização, podendo a critério único e exclusivo da CONTRATANTE, ser executados serviços fora do expediente de trabalho e aos finais de semana, desde que não incidam em custos adicionais ao contrato e aprovados pela administração.

7.1.5. As obras deverão ser executadas mediante acompanhamento e orientação do responsável técnico da empresa;

7.1.6. Deverão ser cumpridos nos locais da execução, as normas de segurança de trabalho vigentes no que couber;

7.1.7. Os serviços que englobam as etapas de construção da obra, deverão ser executados com mão de obra qualificada e de acordo com as normas da ABNT vigentes e aplicáveis; seguindo integralmente as especificações contidas nos projetos;

7.1.8. Deverão ser utilizados materiais de boa qualidade e durabilidade, que atendam e sejam homologados de acordo com as normas da ABNT, no que couber;

7.1.9. As etapas das obras, bem como as previsões de pagamentos, prazos e afins estão previstas no ANEXO III do presente termo de referência que trata sobre o CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DAS OBRAS.

7.1.10. A CONTRATADA deverá efetuar a matrícula da obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO – junto à Receita Federal.

7.1.11. A CONTRATADA deverá providenciar os projetos executivos e complementares com base no projeto básico fornecido pela Administração. Os projetos elaborados deverão ser entregues para apreciação e aprovação da FISCALIZAÇÃO em formato digital (.pdf e .dwg acompanhado da configuração de plotagem) e em 1 via impressa em escala, os quais deverão ser encaminhados para aprovação da SMOEI. As memórias de cálculo e demais cadernos técnicos que acompanham os projetos devem ser entregues, porém devem ser em formato digital, em pdf e xlsx. A empresa deverá inserir o pedido de aprovação dos projetos na plataforma obra fácil. As etapas de execução das obras só poderão ser iniciadas após o aceite dos projetos executivos e emissão dos respectivos alvarás pela SMOEI.

7.1.12. Deverá estar disponível no canteiro de obras, em local visível e de fácil acesso aos funcionários e à fiscalização a seguinte documentação: projeto executivo aprovado (inclusive complementares), orçamento, planilha de eventos, cronograma, memoriais descritivos, memórias de cálculo, diário de obra e alvará de construção.

7.1.13. A CONTRATADA deverá proceder à pesquisa de interferências existentes no local, para que não sejam danificados quaisquer elementos ou estruturas que estejam na área de implantação do objeto ou em área próxima a esta durante os eventos de movimentação de terra.

7.1.14. Desde que autorizado pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá providenciar os remanejamentos das instalações que interferirem nos serviços a serem executados, desde que os mesmos sejam solicitados com antecedência. Os danos que porventura sejam causados às instalações existentes durante o remanejamento são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

7.1.15. Mediante prévia autorização da FISCALIZAÇÃO, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do



prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo a CONTRATADA a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico. O autor do projeto básico deverá ser consultado na decisão pela alteração deste. Alterações somente poderão ser efetivadas depois de ouvida a gestão técnica e mediante parecer registrado formalmente. As dúvidas serão dirimidas pela gestão técnica e sem ônus adicional ao Município.

7.1.16. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a concordância entre os projetos, a construção ou instalação e as concessionárias locais (rede pública).

Local e horário da prestação dos serviços

7.2. As obras a que se referem o objeto serão executas em área pertencente ao Município, objeto da matrícula nº 118.333 do C.R.I, sito a Rua Benjamin Constant, S/nº, no bairro Santa Casa, no Município da Estância Turística de Olímpia – SP.

7.3. O horário da execução dos trabalhos será preferencialmente das 7:30 às 17:30, com intervalo para o almoço a ser definido pela CONTRATADA, podendo o horário sofrer alterações de acordo com a demanda e a critério único e exclusivo da CONTRATANTE.

Materiais a serem disponibilizados

7.4. Para a perfeita execução das obras, a contratada deverá fornecer e utilizar materiais normatizados, homologados pelas normas da ABNT, ou outras aplicáveis quando da ausência desta no que tange aos requisitos de qualidade e durabilidade.

7.5. A aplicação de materiais de qualidade e durabilidade na execução das obras, é requisito fundamental de sustentabilidade.

7.6. A obra deverá ter todas as instalações provisórias necessárias ao seu bom funcionamento, cabendo à CONTRATADA executar as instalações, inclusive banheiros, refeitórios, vestiários e outros, atendendo às exigências legais. Caberá à CONTRATADA, de acordo com a natureza da obra e cada uma de suas etapas, fornecer todo o ferramental, maquinário e aparelhos adequados à perfeita execução dos serviços, bem como todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI – aos operários, tais como: capacetes, cintos de segurança, luvas, botas, máscaras, óculos, etc., de acordo com as prescrições específicas em vigor. A empresa CONTRATADA deverá ainda estar comprometida com as normas de saúde e segurança do trabalho durante a execução dos serviços contratuais, conforme declaração apresentada na fase de habilitação.

7.7. A CONTRATADA deverá instalar, antes de iniciar obra, placas de orientação de uso de EPI e de proibição de entrada de pessoas não autorizadas em todas as entradas de acesso à obra. Qualquer pessoa autorizada a entrar na obra deverá fazer uso de equipamentos de segurança para circular pelo local. É obrigatório a todos os funcionários o uso de equipamentos completos de EPI, sendo que a não utilização destes poderá acarretar notificação e multa à CONTRATADA. A CONTRATADA deverá ainda providenciar equipamentos de proteção coletiva, além de elaborar projeto de segurança para o canteiro em consonância com as normas vigentes.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

7.8. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

7.9. A contratação integrada de empresa para a execução Global dos projetos e das obras inerentes ao objeto, com o fornecimento integral de mão de obra qualificada, insumos, materiais e equipamentos necessários à sua execução.



7.10. A empresa deverá prever em seus custos as despesas diretas e indiretas, referentes a execução integral do objeto, por meio da apropriação dos Benefícios de Despesas Indiretas (BDI), bem como demais custos contidos nas especificações do objeto, no edital e no instrumento contratual.

7.11. A proposta orçamentária deverá ser formalizada de acordo com o modelo de FORMULÁRIO DA PROPOSTA que se encontra ANEXO ao presente termo de referência.

Especificação da garantia do serviço

7.12. O prazo de garantia contratual das OBRAS, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 5 (cinco) anos, conforme o art. 618 e nas condições impostas pelo do Código Civil Brasileiro, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

7.13. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

8.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o todo o período de execução da obra, podendo este ser o encarregado da obra ou até mesmo o responsável técnico da empresa.

8.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

8.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.9. A fiscalização técnica do contrato em questão, deverá ser realizada por comissão nomeada pela administração através de ato administrativo e publicação de portaria. A comissão deverá ser formada por profissionais com nível superior vinculados a secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura e pelo menos 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde), cuja referida comissão deverá conter no mínimo: 1 (um) engenheiro



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

Terras de Águas Quentes e Capital Nacional do Folclore

Civil, 1 (um) engenheiro Eletricista e 1 (um) arquiteto. A fiscalização do contrato ocorrerá sob responsabilidade do Sr. Breno Bassi Bitencourt, Assessor de Gabinete II, E-mail: bbbbitencourt@olimpia.sp.gov.br, telefone: (17) 3279 4860. Deverá a administração municipal realizar a contratação de empresa especializada na gestão de projetos hospitalares para assessoramento e apoio técnico com o objetivo de subsidiar e prestar assistência a fiscalização do contrato, conforme previsto no artigo 117 da Lei nº 14.133.

8.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, VI);

8.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, II);

8.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, III);

8.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, IV);

8.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, V);

8.15. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, VII).

Gestor do Contrato

8.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, IV).

8.17. A Gestão do contrato em questão, ficará a cargo do Sra. Didiane Victoria Buzinelli Inaba, lotado no cargo de Engenheira Civil, conforme Portaria 48.677, de 11 de setembro de 2018, E-mail: dvinaba@olimpia.sp.gov.br, telefone: (17) 3279 64860.

8.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, II).

8.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, III).

8.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao



seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, VIII).

8.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, X).

8.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, VI).

8.23. Além do disposto acima, o gestor do contrato observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

8.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão de Suprimentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item:

9.1.1. A empresa contratada deverá solicitar formalmente ao fiscal do contrato a medição dos serviços executados durante cada período mensal, encaminhando ao mesmo, a planilha de medição elaborada por este e requerimento formal solicitando a medição.

9.1.2. A medição dos serviços ficará sob responsabilidade do responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, cujos quantitativos deverão ser conferidos e aferidos por meio de vistoria in loco através do responsável pela fiscalização técnica vinculado a SMOEI, mensalmente, de acordo com a execução unitária e nos quantitativos proporcionais efetivamente executados dos itens constantes nas planilhas orçamentárias das obras.

9.1.3. As medições deverão ser apresentadas assinadas pelo fiscal e pelo gestor do contrato, identificadas por numeração e acompanhadas de relatório e/ou diário de obra, que deverá conter o registro de ocorrências relevantes e das atividades desenvolvidas no período, apresentando também o relatório fotográfico com o objetivo de demonstrar visualmente os serviços e ações referentes a respectiva medição e ao período,

9.1.4. Predominará, para todo caso, a medição realizada pelo responsável pela fiscalização do contrato, e constatadas irregularidades:

9.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.2.1. não produzir os resultados acordados,

9.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

9.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3. Caberá ao fiscal e gestor do contrato avaliar as condições quanto a qualidade e a eficiência da execução das obras, garantindo a execução conforme a programação estipulada no CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO das obras.



- 9.4.** Após a finalização e conferência dos relatórios, o fiscal deverá solicitar a emissão da nota fiscal e encaminhá-la junto ao processo de medição para o que o gestor do contrato tome as providências cabíveis.
- 9.5.** Caberá ao gestor do contrato emitir o laudo e encaminhar o processo para pagamento;
- 9.6.** Os laudos de medição deverão estar devidamente numerados de acordo com a respectiva medição, contendo informações relevantes ao contrato e a nota fiscal, podendo a critério do gestor, encaminhar documentos e relatórios complementares de acordo com a necessidade.
- 9.7.** No caso de associação de empresas, a medição dos serviços será efetuada em nome do CONSÓRCIO e as respectivas notas fiscais podem ser emitidas em nome de cada empresa integrante do CONSÓRCIO no percentual de sua participação.

Do recebimento

- 9.8.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo(s) fiscal(is), mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (*Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 21, X e 22, VII do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023*).
- 9.9.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 9.10.** O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (*Art. 21, X, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023*).
- 9.11.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (*Art. 22, VII, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023*).
- 9.12.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 9.12.1.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 9.12.2.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 9.12.3.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (*Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021*)
- 9.12.4.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 9.12.5.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



9.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, VIII, do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

9.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.14.5. Enviar a documentação pertinente à Divisão de Suprimentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.19.1. o prazo de validade;

9.19.2. a data da emissão;

9.19.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.19.4. o período respectivo de execução do contrato;



9.19.5. o valor a pagar; e

9.19.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.22. A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

9.23. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.25. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos oficiais.

Prazo de pagamento

9.27. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

9.28. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicado pelo contratado.

9.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, contratação **INTEGRADA**, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço Global**.

Regime de execução

10.2. O regime de execução do contrato será de contratação **INTEGRADA**.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.10. No caso de participação em consórcio (limitando-se ao máximo de 2 empresas), as empresas consorciadas deverão apresentar instrumento público ou particular de Compromisso de Constituição de Consórcio, subscrito por todas, na forma da legislação aplicável, do qual deverão constar os requisitos do art. 279 da Lei Federal nº 6.404/1976 e ainda:

10.11. A indicação da empresa líder, que detenha a maior participação no consórcio, sendo a responsável principal perante a Administração, e que deverá ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do procedimento licitatório e da execução contratual, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contrato e praticar todos os atos necessários à fiel e perfeita execução do objeto do contrato, até o término de sua vigência;



- 10.12.** Compromisso expresso de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados em consórcio (limitado a 2 empresas), em relação à licitação e, posteriormente, ao contrato, até o recebimento definitivo de seu objeto pelo Município;
- 10.13.** Compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada, ou, sob qualquer forma modificada, sem prévia anuência do Município, até o recebimento definitivo do objeto contratual;
- 10.14.** Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros;
- 10.15.** Compromissos, obrigações, e definição da participação individual de cada consorciado e seu percentual financeiro em relação ao objeto desta licitação e do contrato;
- 10.16.** Duração do consórcio, no mínimo, pelo prazo de vigência do contrato, se este vier a ser firmado;
- 10.17.** Declaração expressa dos consorciados de que providenciarão, até a assinatura do contrato, o arquivamento do instrumento de constituição do consórcio na respectiva Junta Comercial, devendo a certidão do arquivamento ser publicada;
- 10.18.** Declaração de que atenderão ao disposto no artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 10.19.** O termo de Compromisso de Constituição do Consórcio deverá ser acompanhado do respectivo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor de todas as empresas participantes, conforme citado acima, cuja sua constituição se limita a participação de no máximo 2 empresas.
- 10.20.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 10.21.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.22.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.23.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.24.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 10.25.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.26.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.27.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



10.28. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.29. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.30. Quando se tratar de consórcio, cada empresa dele integrante deve apresentar os documentos relacionados nos itens 10.21 a 10.29, limitando-se a 2 empresas constituintes.

Qualificação Econômico-Financeira

10.31. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.32. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

10.32.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.32.2. Junto com a comprovação dos índices referidos acima, os licitantes deverão comprovar PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO para fins de habilitação, na forma do § 4º do artigo 69, da Lei nº 14.133/2021.

10.32.2.1. A comprovação de patrimônio líquido será equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação.

10.32.3. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

10.32.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.32.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.33. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.34. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

10.35. As licitantes que se apresentarem em consórcio (limitando-se a 2 empresas), para fins de cumprimento do disposto nos 10.31 a 10.35, deverão apresentar individualmente as respectivas demonstrações/declarações, além da indicação da participação de cada empresa no consórcio.

10.36. A comprovação de habilitação econômico-financeira para licitantes em consórcio (limitando-se a 2 empresas) será acrescida de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual, ressalvada a hipótese do § 2º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.



Qualificação Técnica

10.37. Declaração por meio de ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, emitido pela Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura Urbana, de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.38. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.39. Registro ou inscrição da empresa e do seu(s) responsável(is) responsável(is) técnico(s) na entidade profissional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade; concomitante com a certidão de quitação ou negativa de débito, junto a entidade profissional;

10.39.1. Comprovação de no mínimo 50% (conforme Súmula nº. 24 do TC/SP) de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, por meio de atestados referentes a cada uma das obras/serviços intercomplementares, acerca do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da Licitação, fornecido por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, permitindo-se a soma de atestados para as requisitadas comprovações, e, considerando-se a Súmula 23 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

10.39.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE MÍNIMA
A	ELABORAÇÃO DE PROJETOS		
1	Elaboração de Projeto Básico estrutural	M2	2.658,00
B	EXECUÇÃO DA OBRA		
1	Fornecimento e instalação de Perfis metálicos para sustentação da estrutura (vigas, pilares e contraventamento)	KG	194.900,00
2	Execução Piso pavimento em painel steel deck	M2	2.500,00
3	Execução de Parede externa em glassrock - espessura 20 cm - incluso lã de vidro densidade 100	M2	1.500,00

Tabela 2. Comprovações mínimas.

10.39.3. As comprovações previstas, no que se refere à comprovação de qualificação operacional, deverá ser efetuada através da apresentação de Atestados de execução de obras, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados pelo CREA, através da anotação expressa que vincule os Atestados aos Acervos.

10.39.4. Os atestados deverão constar a execução de obras com a complexibilidade, quantidades ou áreas e serviços compatíveis do objeto licitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

Terras de Águas Quentes e Capital Nacional do Folclore

10.39.5. A comprovação quanto à capacidade técnico-profissional da licitante far-se-á mediante a comprovação de possuir profissional de nível superior, responsável técnico com vínculo junto à licitante, na data da entrega das propostas, sendo que “a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços” (Súmula 25 – TCE/SP).

10.39.6. No caso de atestado de consórcio, só serão aceitos e analisados atestados, acompanhados das respectivas CAT's, emitidos em nome das empresas consorciadas e que citem especificamente o percentual de participação, bem como os serviços e respectivas quantidades executadas por empresa consorciada, conforme Acórdãos 2.299/2007; 2.036/2008; 2.255/2008; 2.993/2009; 3.131/2011 e 2.898/2012 do TCU.

10.39.7. Relação da equipe técnica especializada e disponível para a realização do objeto desta licitação, incluindo os profissionais qualificados que comprove a sua capacitação técnica. A equipe técnica deve possuir nos mínimos profissionais com as seguintes formações: Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Arquitetura, além de profissional com graduação ou formação técnica em segurança do trabalho, este último será responsável pela implementação das normas e regulamentos de segurança na construção civil para a execução do objeto de acordo com as NR 4, NR 5, NR 6, NR7, NR8, NR9, NR10, NR12, NR17, NR18 E NR35.

10.39.8. No que se refere a elaboração dos projetos, poderá ser apresentada pessoa jurídica de direito privada, na área de arquitetura e ou engenharia, com registro regular no conselho profissional, com a apresentação de certidão de acervo técnico operacional, CAT OU CAU, comprovando sua capacidade no desenvolvimento de serviços de laboração de projeto básico e executivo de estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) ou similares.

10.39.9. Relação das instalações, aparelhamento e equipamentos, que serão utilizadas para a execução dos serviços.

10.39.10. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.39.11. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.39.12. Não será admitida a participação de cooperativas.

Outras documentações

10.40. Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração.

10.41. Declaração que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a este Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da emissão da Autorização de Fornecimento serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

Terras de Águas Quentes e Capital Nacional do Folclore

10.42. Declaração que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;

10.43. Declaração de que concorda com as exigências editalícias e sujeitar-se-á a todos os termos do presente Edital.

10.44. Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

10.45. Declaração de disponibilidade da equipe técnica e do profissional, que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme alínea acima.

10.46. Declaração de disponibilidade do aparelhamento, equipamentos e instrumentos relacionados na alínea acima que ficarão à disposição da obra, até seu término.

10.47. Declaração preenchida em papel timbrado da licitante e assinada por seu representante legal, de que cumpre com as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários, especialmente as relativas a NR-5, NR-7, NR-9, NR-10, NR-18, NR-35, ficando a critério da Comissão Julgadora solicitar a apresentação dos referidos documentos na íntegra.

10.48. Declaração preenchida em papel timbrado da licitante e assinada por seu representante legal, de que cumpre o determinado na ORIENTAÇÃO TÉCNICA – OT-IBR 006/2016.

10.49. Declaração que apresentará garantia da contratação 10% (dez) do valor inicial do contrato, de acordo com o arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual indicado e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua;

10.50. Declaração que, atende as regras e normas da ABNT, na legislação específica;

10.51. A proponente deverá apresentar **“Certificado de Visita Técnica”**, que será emitido pelo órgão licitante no ato da visita;

10.52. O licitante que optar pela não realização da visita técnica, para participar do certame, deverá apresentar declaração conforme Anexo XV. Estando ciente da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica.

10.53. A empresa contratada declarará, através de declaração única às informações acima, conforme Anexo XVI.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12. O custo estimado total da contratação diante da planilha orçamentária base referente ao ANEXO I, no valor de R\$ 45.377.742,84 (quarenta e cinco milhões trezentos e setenta e sete mil setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município da Estância Turística de Olímpia - SP.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Recurso Próprio – R\$ 45.377.742,84



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

Terras de Águas Quentes e Capital Nacional do Folclore

02.12.00 – Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura

02.12.02 – Divisão de Projetos e Obras Públicas

Classificação Funcional – 15.451.0045.1.002 – Obras e Instalações

Natureza da Despesa – 4.4.9051.00

Fonte de Recursos – 01

Ficha Orçamentária – 379

Vínculo Detalhado – 01.100.0588

14. OBSERVAÇÕES FINAIS

14.1. A CONTRATADA compromete-se a realizar a transferência de tecnologia, técnica e conhecimento necessários à operação e manutenção da infraestrutura construída. Ademais, eventuais direitos de propriedade intelectual relacionados aos projetos deverão ser transferidos ao CONTRATANTE ao final da obra, conforme documento anexo no presente termo de referência.

14.2. Caso alguma cláusula do contrato seja descumprida, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas em lei.

14.3. Não poderá a CONTRATADA, em hipótese alguma, alegar desconhecimento das cláusulas e condições estabelecidas nestas especificações, bem como de detalhes e exigências constantes dos projetos.

15. RELAÇÃO DE ANEXOS:

Anexo I – Planilha Orçamentária;

Anexo II – Formulários de Proposta;

Anexo III – Cronograma Físico-Financeiro;

Anexo IV – Cronograma Mensal;

Anexo V – Memorial Descritivo;

Anexo VI – Ante Projeto – Folhas: 1,2,3 e 4;

Anexo VII – Composição do BDI;

Anexo VIII – Levantamento Planialtimétrico Cadastral;

Anexo IX – Sondagens do Terreno;

Anexo X – Matriz de Risco;

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia,

BRENO BASSI BITENCOURT

Assessor de Gabinete II

Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

Fiscal do Contrato

DIDIANE VICTORIA BUZINELLI INABA

Engenheira Civil

Gestora do Contrato

TÚLIO ANTONIO PINHEIRO

Secretária Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura Urbana

Ordenador de Despesas